

Estudo Técnico Preliminar 57/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 60041.000613/2020-44

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa de engenharia para a adaptação do vestiário das instalações da Escola Superior de Guerra (ESG) do Escritório de Representação/RJ, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, incluindo os serviços de demolição, execução de pontos de iluminação, pinturas de parede e teto, instalações de louças e armários, visando o funcionamento de alojamento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		CATSER
				UNITÁRIO	TOTAL	
1	Adequação das instalações do escritório avançado do gabinete do Ministro da Defesa no Rio de Janeiro para utilização como alojamento.	Sv.	1	R\$ 80.182,63	R\$ 80.182,63	1627
TOTAL					R\$ 80.182,63	

Há a necessidade de ser instalado ajustados os acessos às salas para que tenha a acessibilidade adequada, fazendo a modificação das portas existentes.

Existem diversos pontos da edificação que necessitam de uma manutenção predial, de forma a revitalizá-la e aumenta a vida útil do imóvel.

Dessa forma, há a necessidade de ser feita a pintura das instalações, incluindo todos os serviços para a sua correta execução, com lixamento emassamento e pintura.

A iluminação dos ambientes não está adequada, havendo a necessidade de colocação e substituição de luminárias de forma a proporcionar um ambiente mais adequado a sua utilização.

Os metais sanitários estão deteriorados e necessitam serem substituídos, de forma a manter a utilização dos espaços dos banheiros.

Há a necessidade de ser reformular a utilização dos armários, tendo-se em vistas que os servidores de modo geral ficam em trânsito naquela unidade, com uma bagagem a ser utilizada muitas vezes por mais de uma semana. Dessa forma, deve ser ajustados os ambientes considerando a colocação de armários que atendam de forma satisfatória a necessidade dos servidores.

O objeto da licitação tem a natureza de **serviço comum de engenharia** e engloba os seguintes serviços:

Demolição de revestimentos;

Execução de pinturas;

Execução de pontos elétricos para iluminação e tomada;

Execução de armários;

Limpeza de obra.

Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no Apêndice C deste Termo de Referência.

O prazo de vigência será de **225 (duzentos e vinte e cinco) dias corridos** a contar da data da assinatura do contrato e publicação no DOU, sendo 90 (noventa) dias para a execução dos serviços pela contratada, 15 (quinze) dias para o recebimento provisório, 90 (noventa) dias para o recebimento definitivo e 30 (trinta) dias para o pagamento da última nota fiscal.

A presente contratação adotará como regime de execução a **empreitada por preço unitário**.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO (COEMA)	MAURÍCIO DINIZ BARBOSA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para o atendimento dessa demanda devem ser respeitados os seguintes requisitos:

Execução dos serviços previstos nos anexos do ETP, respeitando rigorosamente as informações contidas nas Plantas baixas, de forma a executar os serviços respeitando-se as legislações e orientações da fiscalização.

Obedecer aos quantitativos elencados nas planilhas orçamentária de forma a executar o serviço em sua plenitude, com todas as etapas construtivas sendo obedecidas.

Deve ser selecionada a empresa observando se o quadro técnico tem capacidade para a execução dos serviços, verificando os atestados técnicos dos profissionais que ela dispõe, de forma a atenderem os mínimos estabelecidos:

Deverá ser comprovado a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos.

Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

Observar-se-á as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01 /2010, nos seguintes termos:

O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá ser providenciada a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reserva de material para usos futuros;

Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01 /2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

5. Levantamento de Mercado

A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; E

O tipo de serviço de engenharia que se pretende contratar é bastante comum no mercado nacional, havendo diversas empresas de engenharia aptas a participarem dos pregões para a sua contratação. Tendo em vista o exposto, e considerando-se que o tipo de solução para a obtenção do resultado esperado é a contratação de empresa de engenharia, com capacidade técnica e econômica comprovada, conclui-se que a realização de pregão oferece a possibilidade da obtenção da maior vantagem para MD.

Exemplos desse tipo de contratação por outros Órgãos e de contratações anteriores realizadas pelo MD temos:

-Contratação de empresa para a execução dos serviços de engenharia objetivando a readequação do 9º pavimento do Bloco "Q", Edifício Sede da Administração Central (AC/MD) do Ministério da Defesa, pelo Ministério da Defesa, com o número do Processo 660585.000873/2020-72.

Analisando as contratações correlatas foram identificadas a existência de metodologias, tecnologias e inovações, sendo este ETP e o TR redigidos em observância as melhores práticas para o resultado pretendido, observando, ainda, a ampla participação do mercado na futura licitação.

B) SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES.

Por fim, entende-se que esses serviços não apresentam complexidade técnica ao objeto não se configurando dessa forma a necessidade de audiência pública. Cabe ressaltar que a quantidade de fornecedores em potencial que são capazes de executar o serviço não é considerada restrita e que na presente contratação não verifica a existência de requisitos que limitam a participação.

6. Descrição da solução como um todo

Serão acrescidos pontos de tomadas, de forma a melhor atender a demanda dos equipamento utilizados pelo efetivo que estiver em trânsito na referida instalação.

A pintura da edificação faz-se necessária de forma corretiva, a fim de manter a proteção das paredes e evitar a deterioração da edificação.

Trata-se ainda da adaptação com a instalação de armários, que serão utilizados pelo efetivo em trânsito, de forma que funcione como um alojamento.

Os armários devem ser feitos de forma que sejam incorporados à edificação, consequentemente enquadra-se como uma benfeitoria e agrega valor ao bem imóvel da Administração.

Outros serviços serão necessários, como pintura, troca de sanitários, entre outros, todos relacionados à preparação e manutenção das instalações.

Devido à natureza do objeto, que consiste em apenas uma revitalização, os requisitos de manutenção e à assistência técnica (inciso IV, art. 7º, IN 40/2020) não serão aplicáveis na contratação em tela. As aludidas manutenções poderão, caso haja necessidade, ser contratadas futuramente pela Administração um outro procedimento licitatório.

O ETP discrimina todos os requisitos necessários para a contratação em conformidade com as disposições legais e possui todos os elementos necessários à completa caracterização do objeto. Os seguintes elementos, além de outros, compõem os apêndices desse projeto:

Plantas de arquitetura e detalhes dos serviços a serem executados;

Especificação técnica com discriminação de materiais e serviços a serem utilizados;

Composição de BDI;

Planilha orçamentária com quantitativos e custo unitários e total;

Declaração de vistoria;

Tais elementos explicitam a solução mencionada, demonstrando inclusive valores máximos a serem aceitos para a sua completa execução. É importante ressaltar que as especificações técnicas trazem em seu bojo a caracterização de cada um dos serviços e deve ser seguida para que o objeto seja entregue de forma satisfatória, mostrando inclusive cuidados que devem ser tomados para a correta medição dos serviços.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos foram realizados com base nos projetos executados, em forma de apêndice ao ETP, e levantamentos feitos in loco, utilizando o programa AUTOCAD considerando a quantidade real a ser utilizada para cada tipo de serviço elencado. Dessa forma, os quantitativos são fidedignos à necessidade e pode ser verificado com base nos projetos ou análise in loco.

Além disso, os serviços mensurados encontram-se discriminados na Planilha Orçamentária de Referência, apêndice ao ETP, que é o orçamento sintético realizado. Esse Orçamento é detalhado na Planilha Analítica, que mostra cada composição detalhada, explicitando como os preços são formados, inclusive aquelas retiradas do SINAPI ou outras bases de referência.

Dentro dessas planilhas mencionadas foi quantificado o BDI, que incide no preço final do orçamento as despesas indiretas da contratação. Também consta o cálculo do BDI demonstrando os fatores utilizados dentro do orçamento.

8. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa de preços foi realizada em obediência ao Decreto 7.983/2013 que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências, mais especificamente como previsto nos artigos 3º e 6º do mesmo instrumento legal

Os preços unitários e totais da planilha de referência são obtidos conforme previsão legal constante no Decreto n 7983/2013 em atendimento aos Artigos 3º e 6º.

O preço adotado para a composição dos custos unitários no tocante à parcela da mão de obra nos custos unitários que não constarem do SINAPI, ou que não forem obtidos por meio de pesquisa de preço aos fornecedores do mercado, são considerados

com base na Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria profissional, sendo que a Administração adotou o referencial do piso salarial do SINDUSCON/DF.

O valor estimado para essa contratação é de **R\$ 80.182,63 (oitenta mil cento e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos)**, os preços unitários referenciais estão na planilha orçamentária de referência anexo.

No caso em tela o sigilo do valor de referência, máximo aceitável, não se faz necessário, haja vista que tornar o valor da licitação sigiloso é um ato discricionário da Administração e, no presente caso, já consta no subitem 1.1 da última versão do Termo de Referência - COEMA o valor máximo aceitável, previsto no subitem acima, conforme minuta disponibilizada pela AGU, portanto, será divulgado tanto no Edital quanto no Sistema de Compras Governamentais, uma vez que tal informação pode auxiliar os licitantes na elaboração de suas propostas de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os itens constantes da tabela deverão compor um único item. Pois, a contratação de forma integrada proporciona maior agilidade no atendimento da demanda, evita a possibilidade de problemas de responsabilidade compartilhada por empresas distintas atuando no mesmo ambiente, e finalmente concorre para a economia de ganho de escala por concentrar as despesas administrativas em uma única contratação.

Ressalta-se que a contratação em itens separados para este caso concreto poderá gerar grande risco de insucesso para a Administração, uma vez que as etapas de demolição interferem uma nas outras, o que pode gerar danos de uma empresa à outra, promover atrasos ou perda de produtividade, impossibilidade de execução dentro da cadeia executiva prevista.

Ademais, para a Administração Pública, há um ganho evidente na simplificação da fiscalização do contrato com a redução do número de contratos a serem fiscalizados.

Busca-se também evitar o aumento do número de fornecedores distintos, com o intuito de preservar ao máximo possível as rotinas de trabalhos, que são afetadas por eventuais descompassos na execução dos serviços por diferentes empresas.

Acrescente-se que lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação.

Destaque-se por último, a decisão do TCU em orientação que se ajusta às especificidades deste Plano, no sentido de que “inexiste ilegalidade na realização de Pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si”. Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação apresenta-se como uma atividade final, ou seja, é um evento único que após realizado não há a necessidade de se realizar outras contratações.

Além disso, não devem ser feitas contratações prévias para a execução dos serviços elencados nessa contratação.

Dessa forma, não existem contratações correlatas ou interdependentes que guardem relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto em questão possui alinhamento com o planejamento do Ministério da Defesa e foi incluído na demanda do PAC 2021, conforme mostrado no PGC-2021 item 2744.

12. Resultados Pretendidos

O resultado pretendido com contratação é que se efetive os serviços de manutenção predial elencados pelo presente processo, com a melhoria e restauração das instalações.

Almeja-se ainda que promova-se a segurança dos usuários, com a regularização do sistema elétrico, executando pontos adicionais de tomadas.

Também pretende-se adequar a edificação para obedecer as normas vigentes, adequando os guarda-corpos da edificação a necessidade dos usuários.

Paralelamente a tudo isso, busca-se nessa contratação melhorar a edificação quanto a sua funcionalidade, inclusive melhorando aspectos físicos e de mobilidade da edificação.

Com essa contratação busca-se resguardar o patrimônio público e a segurança dos usuários.

Não foram identificados ganhos diretos ou indiretos relacionados ao desenvolvimento nacional sustentável.

13. Providências a serem Adotadas

Os integrantes da equipe técnica já receberam o treinamento ou detêm cursos de capacitação adequados para o acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem realizados. Deve ser avaliada cuidadosamente cada etapa de execução dos serviços e verificada a competência técnica dos integrantes da empresa responsáveis por cada procedimento, a fim de evitar acidentes e danos.

Não há necessidade de capacitação dos integrantes da equipe de planejamento para a fiscalização desse contrato, tendo em vista que todos já foram capacitados em momento anterior.

Também não há necessidade de adequação das instalações, tendo em vista que toda retirada e destinação dos elementos a serem retirados ficará a cargo da empresa contratada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O principal impacto ambiental da presente contratação refere-se a disposição final dos elementos a serem retirados da área. Dessa forma, deve ser verificado pela fiscalização de forma assídua a destinação dos elementos e a forma de disposição de cada um deles.

Além disso, deve ser assegurado que a área a ser desobstruída fique acessível para os usuários, sem restos de entulho ou quaisquer elementos que possam gerar acidentes.

É importante que a fiscalização aponte quaisquer irregularidades a serem sanadas pela empresa contratada, de forma a entregar os serviços de forma definitiva e sem quaisquer serviços inacabados.

Outro cuidado a ser tomado refere-se a utilização eventual de água para a limpeza ou auxílio à demolição dos elementos. Caso esse evento ocorra, deve ser assegurado que não seja infiltrado materiais ou soluções que contaminem os aquíferos subterrâneos. Assim, a fiscalização deve estar atenta na verificação de quais materiais estão sendo utilizados para a execução dos serviços contratados.

Uma atenção a mais deve ser direcionada ao uso de solventes e elementos de pintura, para que eles não fluam para as redes de drenagem ou infiltrem no solo. Dessa forma, no local de utilização ou preparo desses materiais, deve ser assegurado que haja uma contenção para o caso de acidentes.

Também ligado aos serviços de pintura, deve assegurar que o local de armazenamento desses materiais esteja em condições adequadas e longe do tráfego de pessoas, a fim de se evitar acidentes.

15. Dos Apêndices

Integram este Estudo, para todos os fins e efeitos, os seguintes Apêndices:

Apêndice A ao Termo de Referência – Especificações Técnicas;

Apêndice B ao Termo de Referência – Projetos Componentes;

Apêndice C ao Termo de Referência – Planilha Orçamentária de Referência;

Apêndice D ao Termo de Referência – Planilha Orçamentária do Licitante;

Apêndice E ao Termo de Referência – Declaração de Vistoria;

Apêndice F ao Termo de Referência – Normas de Execução;

Apêndice G ao Termo de Referência – Cronograma Físico-Financeiro;

Apêndice H ao Termo de Referência – Metodologia para Cálculo do BDI;

Apêndice I ao Termo de Referência – Termo de Confidencialidade;

Apêndice J ao Termo de Referência – Termo de Responsabilidade;

Apêndice K ao Termo de Referência – Curva ABC;

Apêndice L ao Termo de Referência – Estudo Técnico Preliminar;

Apêndice M ao Termo de Referência – Análise de Riscos;

Apêndice N ao Termo de Referência – Orçamento Analítico; e

Apêndice O - Instrumento de Medição de Resultado.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo-se em vista a necessidade levantada e os recursos elencados para sanar os problemas identificados na edificação a contratação mostra-se viável para a administração.

17. Responsáveis

LEONARDO RIBEIRO DE OLIVEIRA MALDI

Assistente Técnico Militar

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - AJUSTE 15.03.2022.zip (2.94 MB)